

Banco Mundial promete ajuda maior ao Brasil

JANOS LENGYEL
Correspondente

DAVOS, Suíça — Paralelamente com a reunião de alto nível sobre a recuperação econômica mundial da qual foi um dos participantes ontem no Simpósio de Davos, o Ministro da Fazenda do Brasil, Ernane Galvêas, recebeu do Presidente do Banco Mundial (BIRD), Alden Clausen, as garantias para uma cooperação "igual ou superior" do que a organização atribuiu ao Brasil durante o ano de 1983. As contribuições do BIRD visarão, no ano em curso principalmente aos projetos brasileiros na área da agricultura e da energia elétrica, tendo Galvêas ressaltado a importância fundamental que o banco representa nesse momento para a solução da crise financeira e no processo de ajustamento estrutural do País.

Galvêas manteve também contatos com o Presidente do Banco de Reajustamentos Internacionais, Fritz Leutwiller; com o Diretor-Geral do Acordo Geral de Comércio e Tarifas (Gatt), Arthur Dunkel; com o Subsecretário do Tesouro americano, Tim McNamara e com o Ministro das Finanças do México, Jesus Herzog, "tudo para discutir assuntos do âmbito geral que interessam ao Brasil no momento atual".

Na longa reunião matutina da qual participaram vários ministros de Estado e dirigentes dos organismos internacionais da área econômica, a conversa girava sobre comércio, financiamento e processos de reajus-

tamento, foram feitas críticas severas à introdução de novas formas de protecionismo, agora não só nas indústrias já tradicionalmente atingidas por essas medidas, vitimadas, como as siderurgia, as têxteis e de calçados mas também em toda uma nova área de indústrias mais sofisticadas.

P. A opinião geral tem sido — disse Galvêas — que se não houver uma expansão forte e efetiva do comércio, sustentada por uma expansão econômica igualmente vigorosa, a recuperação vai ser muito lenta e levará tempo demais a chegar, se chegar, aos países que mais a necessitam.

Conforme o Ministro brasileiro, o crescimento previsto para este ano pelo Gatt, na ordem de quatro a cinco por cento contra os 1,5 por cento de 1983, ainda é muito reduzida:

— Essa previsão fica ainda muito longe dos 11 por cento verificados em 1976, justamente o que permitiu a recuperação econômica naquele ano depois da crise de 1975.

Ao longo do debate, Galvêas fez ver que são exatamente os países endividados que necessitam mais urgentemente sentir os frutos dessa recuperação mas que, com a exceção do Brasil, nenhum outro país experimentou expansão das suas exportações no ano de 83. Para melhor acompanhar a introdução de medidas que doravante poderão fomentar o comércio internacional, houve consenso na sugestão aos governos dos países industrializados, de enumerar as medidas adotadas para a redução dos efeitos da sua política



protecionista e apresentá-las em suas reuniões periódicas. A primeira reunião já está marcada para Londres entre os sete países mais ricos, em junho próximo.

Como contribuição pessoal ao debate desta manhã, Galvêas salientou que as medidas de longo alcance na área do comércio e no mercado financeiro "não representam solução, a curto prazo, para os países em desenvolvimento e nem mesmo a pre-

tendida negociação multilateral no âmbito do Gatt poderá ter efeitos imediatos".

— Uma nova série de negociações tarifárias poderá trazer evidentemente efeitos benéficos de grande importância, mas nunca antes de três ou quatro anos. Para encurtar esse período, seria necessário realizar negociações bilaterais na área tarifária e, sobretudo, alargar por este meio as listas atuais de produtos de exportação, sem a qual os países em desenvolvimento não conseguirão expandir e obter as divisas indispensáveis para aumentar por sua vez as suas importações e retomar o processo do seu desenvolvimento econômico.

Na área financeira, o Ministro brasileiro sugeriu a necessidade passar da atuação dos bancos privados para uma participação maior e mais eficiente das instituições financeiras internacionais com um aumento da capacidade de empréstimo de organismos, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

— Os bancos privados fizeram excelente trabalho na primeira fase da crise, procedendo à reciclagem dos petrodólares, sem a participação de governos e de instituições. Tendo passado esse período e chegando à fase do reescalonamento das dívidas, não se pode continuar a buscar a solução na indiscutível eficiência dos bancos, mas sim, através da participação mais efetiva dos bancos centrais e das instituições financeiras internacionais.